

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.156 - SP (2019/0008848-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : TOVA COMERCIO DE PNEUS LTDA  
**ADVOGADO** : MARCELO GODOY DA CUNHA MAGALHÃES - SP234123  
**AGRAVADO** : CAPORRINO & FEDRIGO COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS  
LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : ROGÉRIO ZAMPIER NICOLA - SP242436  
JONATHAN CAMILO SARAGOSSA - SP256967  
RENATA CAMPOS Y CAMPOS - SP290337

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por TOVA COMERCIO DE PNEUS LTDA. contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

APELAÇÃO - Ação monitória - Negócio jurídico referente à compra e venda de mercadorias - Crédito fundado em nota fiscal - Procedência do pedido monitório e rejeição dos embargos - Pleito de reforma - Possibilidade - Inteligência dos artigos 49 e 59 da Lei nº 11.101/05 - Pleito fundado no inadimplemento de obrigação contratual principal (não acessória), líquida e certa - Constituição da obrigação (direito material) que se deu no momento em que firmado o contrato (previamente à recuperação judicial) - Crédito inserido no quadro geral de credores - Recuperação judicial distribuída anteriormente à ação monitória - Crédito que fora objeto de novação legal - Pleito que deve ser acolhido, para determinar a extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC - Sucumbência invertida - Recurso provido.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto no art. 85, *caput*, do CPC de 2015.

Alega, em síntese, que o referido dispositivo legal impõe a observância do princípio da causalidade na condenação da verba sucumbencial. Ressalta que o Tribunal local não observou o mencionado princípio.

E continua:

24. Em outras palavras: a demanda de origem foi extinta, sem julgamento do mérito, por fatos alheios à vontade da Recorrente, os quais jamais excluem o fato de que, antes de efetivados, ela tinha interesse processual e preenchia todos os requisitos necessários ao ajuizamento da demanda.  
[...].

28. Não restam dúvidas, pois, de que o ajuizamento da ação monitória de origem se deu, exclusivamente, em razão do inadimplemento da CAPORRINO. Em outras palavras, sendo ela a responsável pela instauração do processo, deverá responder pelas custas e demais verbas advindas de seu término.

É o relatório. DECIDO.

2. A matéria tratada no artigo 85, *caput*, do CPC de 2015, não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido. Não foram opostos embargos declaratórios com o fito de suprir a existência de eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

De modo que a ausência de manifestação judicial a respeito da referida matéria trazida à cognição desta Corte impede sua apreciação na presente via recursal, tendo em vista a falta de prequestionamento, requisito viabilizador do acesso às instâncias especiais. No caso, incidem, por analogia, as Súmulas 282 e 356 do STF.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator